



ESTADO DA PARAÍBA MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 00015/2018

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, às 09:00 horas do dia 14 de Setembro de 2018, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para recapeamento asfáltico em rua do Município de Conceição/PB, conforme o Nº. da Proposta 103951/2017 - convênio 863944/2017/MCIDADES/CAIXA. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário 08h00min Às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 24 de Agosto de 2018

OSVALDO CIRILO FERREIRA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:1BD5A90A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 00016/2018

Expediente:

Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP

Diretoria 2015/2016

Presidente: José Antônio Vasconcelos da Costa

1º Vice Presidente: Francisco das Chagas L. de Sousa - São Mamede

2º Vice Presidente: Hildon Regis Navarro Filho - Alagoa Grande

3º Vice Presidente: Francisco Sales de Lima Lacerda - Piancó

4º Vice Presidente: Antonio Carlos Rodrigues de M. Junior- Itabaiana

1º Secretário: Sebastiao Alberto Cândido da Cruz-Solânea

2º Secretário: Yasnaia Pollyanna Werton Dutra - Pombal

1º Tesoureiro: Francisco Alípio Neves - São Sebastião do Umbuzeiro

2º Tesoureiro: Paulo Dalia Teixeira - Juripiranga

Conselho Fiscal

Efetivos

Paulo Gomes Pereira - Areia

José Felix de Lima Filho - Nova Palmeira

Jurandi Gouveia Farias - Taperoa

Audibeerg Alves ee Carvalho - Itaporanga

Wanderlita Guedes Pereira - Areia de Baraunas

Suplentes

Nadir Fernandes de Farias - Curral de Cima

Edvaldo Carlos Freire Junior - Capim

Jacinto Bezerra da Silva - Camalau

Cristovão Amaro da Silva Filho - Cajazeirinhas

Lúcia de Fátima Aires Miranda - Puxinanã

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, às 10:30 horas do dia 14 de Setembro de 2018, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para implementação de pavimentação em rua no Município de Conceição/PB, conforme o CR 844955/2017/MCIDADES/CAIXA - Processo Nº. 2641.1040227-53/2017. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário 08h00min Às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 24 de Agosto de 2018

OSVALDO CIRILO FERREIRA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:4DDD18C8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 00017/2018

Torna público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, às 11:30 horas do dia 14 de Setembro de 2018, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para implementação de pavimentação em rua no Município de Conceição/PB, conforme o CR 844816/2017/MCIDADES/CAIXA - Processo Nº. 2641.1040229-93/2017. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário 08h00min Às 12h00min dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: www.tce.pb.gov.br.

Conceição - PB, 24 de Agosto de 2018

OSVALDO CIRILO FERREIRA

Presidente da Comissão

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:94E83DE7

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL 616/2018.

LEI MUNICIPAL 616/2018.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 27/08/2018, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.

Art. 1º - Fica instituída no Município de Conceição a Secretaria Municipal de Controle Interno e Transparência, que contará com a organização prevista no anexo I, que integra esta lei e terá as seguintes atribuições:

I - implementar procedimentos de prevenção, além da política de transparência da gestão e a ampliação dos mecanismos de controle dos recursos públicos, mediante a abertura de canais de comunicação

direta com a sociedade, que expandam a capacidade do cidadão de fiscalizar e avaliar as ações governamentais;

II - Acompanhar a execução dos programas de trabalho, contratos, convênios e a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal quanto à legalidade, moralidade e legitimidade;

III - Orientar a atuação dos gestores, avaliar os resultados obtidos pela Administração quanto à economicidade, eficiência e eficácia, bem como dar publicidade e transparência aos atos administrativos e da Administração Pública;

IV - Exercer a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno, prestando orientação normativa, auxiliando a implementação de procedimentos de prevenção;

V - Determinar a instauração de tomada de contas, para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação pecuniária de possíveis danos;

VI - Gerenciar o Portal de Transparência do Município;

VII - Coordenar a transição de mandato, assegurando a ordem e a legalidade na transmissão, bem como que as informações passadas à equipe do gestor que estará assumindo estejam de acordo com a realidade;

VIII - Promover com eficiência operacional, garantindo que os recursos sejam empregados eficientemente nas operações cotidianas, visando à economicidade invocada pelo art. 70 da Constituição Federal;

IX - Programar ações de prevenção e combate ao desperdício na gestão pública;

X - Ampliar e qualificar a participação do controle social com o aprimoramento do Portal da Transparência e parcerias com entidades fiscalizadoras de contas públicas;

XI - Aprimorar as ações de Controle Interno para o aperfeiçoamento da Gestão Pública;

XII - Aperfeiçoar a legislação e os procedimentos internos;

XIII - Estruturar os canais de comunicação Institucional voltados ao público interno e externo;

XIV - Fortalecer os mecanismos de estímulo à integridade funcional e responsabilização; administrativa;

XV - Implantar programa estruturado de capacitação e valorização de pessoal;

XVI - Melhorar a qualidade do relacionamento interpessoal da equipe de trabalho, estabelecendo um clima de coesão institucional;

XVII - Garantir Infraestrutura adequada ao desempenho das atividades;

XVIII - Adequar o orçamento às necessidades estabelecidas no Planejamento Estratégico;

XIX - Fortalecer a cultura de metas e gestão de resultados.

XX - Outros determinados pelo chefe do executivo.

Art. 2º - Ficam criados os cargos de: Secretário Municipal de Controle Interno e Transparência, Secretário executivo de Controle Interno e Transparência, Diretor de Auditoria Interna, Diretor Jurídico, Coordenador de Controle de Estoque, Coordenador de Transparência Pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica criado um cargo de Secretário Municipal de Controle Interno e Transparência, um cargo de Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência, dois cargos de Diretores e dois Coordenadores, cujo subsídio ou vencimento serão os constantes no Anexo I, desta lei.

Art. 3º - Os membros ocupantes dos Cargos acima terão as seguintes atribuições, além de outras previstas na Estrutura administrativa:

I - **Secretário e Secretário Executivo:** Orientar a atuação dos gestores; verificar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos; avaliar os resultados obtidos pela Administração quanto à economicidade, eficiência e eficácia, bem como dar publicidade e transparência aos atos administrativos e da administração pública.

II - **Diretor de Auditoria Interna:** Observar os atos administrativos e promover ações preventivas, e monitoramento administrativo.

III - **Diretor Jurídico:** Emitir parecer técnico jurídico conclusivo em todos os procedimentos administrativos vinculados à Secretaria de Controle Interno e Transparência quando necessário.

IV. – **Coordenador de Controle de Estoque:** Correição de tomada de contas, sindicâncias e processos administrativo; monitoramento dos estoques do Município.

V - **Coordenador de Transparência Pública:** Atua na relação entre o cidadão e a Administração Pública Municipal, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem melhoria dos serviços públicos prestados.

Art. 4º - A implementação dos cargos constantes nesta lei se dará de acordo com as necessidades da administração, ficando aplicado aos cargos ora criados a organização estrutural da Lei Complementar nº 017/2017, e suas alterações e adequações.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição, Estado da Paraíba, em 28 de agosto de 2018.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO	NOMECLATURA	SUBSÍDIO SALÁRIO
Secretário de Controle Interno e Transparência	SM-1	6.000,00
Secretário Executivo de Controle Interno e Transparência	SM-2	3.000,00
Diretoria de Auditoria Interna	SM-3	1.700,00
Diretoria Jurídica	SM-2	1.700,00
Coordenadoria de Controle de Estoque,	SM-4	1.200,00
Coordenadoria de Transparência Pública	SM-3	1.200,00

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:9F4CD982

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL 617/2018.

DISPÕE SOBRE A MUNICIPALIZAÇÃO DO TRÂNSITO E TRANSPORTES DE CONCEIÇÃO, CRIA A STTRANS – SUPERINTENDÊNCIA DO TRÂNSITO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 27/08/2018, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.

CAPÍTULO I

Da Denominação e Sede

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Municipalizar o Trânsito e o Sistema de Transportes de Conceição, e criar na Estrutura Administrativa Organizacional Básica da Prefeitura Municipal a STTRANS - Superintendência do Trânsito e Transportes de Conceição, como Unidade Orçamentária com status de Secretaria.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º - A STTRANS - Superintendência do Trânsito e Transportes de Conceição, terá a finalidade básica de executar as políticas de transporte e trânsito no Município de Conceição, sendo designado como Órgão Executivo Municipal de Trânsito, nos termos dos preceitos da Lei Federal nº 9.503/97, competindo:

I – Coordenar, programar e executar a política nacional de transporte público do município;

II – Disciplinar, conceder, operar e fiscalizar os serviços de transporte público do município;

III – Desenvolver o planejamento e a programação do Sistema do Transporte Público de Passageiro integrando-os com decisões sobre planejamento urbano do município de Conceição;

IV – Detalhar operacionalmente o sistema de transporte público de passageiro do município, fixando itinerários, frequências, horários, lotação, equipamentos, turnos de trabalho, integração intermodal, locais e tempos de parada e critérios para atendimentos especiais;

V – Estabelecer os esquemas operacionais para o serviço de táxi, definindo custos, equipamento e locais de funcionamento;

VI – Fiscalizar, segundo os parâmetros definidos, a operação e a exploração de transporte público de passageiros por ônibus, por táxi, por lotações, por moto táxi e por transportes especiais, promovendo as correções, aplicando as penalidades regulamentares nas infrações e arrecadando valores provenientes de multa;

VII – Elaborar estudos, executar e fiscalizar a política e os valores tarifários fixados para cada modalidade de transporte público de passageiros;

VIII – Administrar a execução do regulamento e das normas sob transporte público de passageiros no município de Conceição;

IX – Coordenar a elaboração de estudos, programa e projetos relacionados com o sistema viário e o sistema de circulação do município respeitando as normas das Legislações Municipais Básicas;

X – Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infração por excesso de peso, dimensões e lotações dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

XI – Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas pertinentes do trânsito, no âmbito de suas atribuições no território do município de Conceição;

XII – Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos automotivos, de bicicletas de pedestres e de animais, promovendo a harmonização e integração da circulação e da segurança dos fluxos urbanos e municipais;

XIII – Implantar, manter, operar os sistemas de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

XIV – Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

XV – Estabelecer, em conjunto com outros órgãos governamentais, as diretrizes para a política de trânsito;

XVI – Executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infração de circulação, de estacionamento e de paradas, previstas no Código Nacional de Trânsito, no exercício regular do poder de polícia de trânsito;

XVII – Aplicar as penalidades de advertência e multa por infração de circulação de estacionamento e de parada, prevista no código nacional de trânsito, notificando os infratores e procedendo arrecadação;

XVIII – Implantar, manter e operar o sistema de estacionamento rotativo pago, em vias urbanas (Zona Azul), definidas mediante sistema de parqueamento, com tarifa progressiva no tempo;

XIX – Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XX – Credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar as medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltados e transportes de carga indivisível;

XXI – Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de competência da STTRANS, com vistas a unificação do licenciamento, a simplificação e a celeridade de transferências de veículos e prontuários de uma para outra unidade da Federação, conforme previsto no art. 333 do Código Nacional de Trânsito;

XXII – Implantar as medidas da política nacional de trânsito e do programa nacional de trânsito;

XXIII – Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XXIV – Planejar e implantar medidas para a redução e circulação de veículos e reordenação do tráfego com o objetivo de diminuir a emissão de poluentes;

XXV – Registrar e licenciar na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração, e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando e autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XXVI – Articular-se com os demais órgãos do sistema Nacional de Trânsito no Estado da Paraíba, sob a coordenação do CIRETRAN;

XXVII – Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos e dar apoio as ações específicas aos órgãos locais de defesa ambiental;

XXVIII – Vistoriar veículos que necessitem autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXIX – Exercer as atribuições cuja natureza tenha afinidade com a autarquia ora criada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A STTRANS poderá prestar serviços de capacitação técnica, assessoria e monitoramento das atividades relativas ao trânsito e transporte a outros órgãos, durante o prazo a ser estabelecido entre as partes municipais.

Art. 3º - Com o objetivo de exercer maior eficiência de suas atribuições, a STTRANS deverá celebrar convênios com órgãos das esferas Federal, Estadual e Municipal.

CAPÍTULO III **Do Patrimônio**

Art. 4º - O patrimônio da STTRANS será constituído de:

I – Verbas especial oriunda do Poder Executivo Municipal para implantação e funcionamento da Secretaria;

II – Dotações, auxílios e subvenções que lhe forem destinadas pela União, Estados e Municípios ou por economia mista e órgão autônomo;

III – Doações, legados ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;

IV – Renda de qualquer natureza de seus próprios serviços, bens ou atividades;

V – Rendas provenientes de valores arrecadados com taxas e multas por infrações de transporte e trânsito;

IV – Bens móveis e imóveis de seu domínio;

VII – Incorporação de resultados financeiros dos exercícios;

VIII – Contribuições de entidades públicas ou privadas nacionais ou internacionais;

IX – Operações de créditos, assim entendidos, os empréstimos e financiamentos obtidos;

X – Outras rendas eventuais.

CAPÍTULO IV **Da Administração**

Art. 5º- O Superintendente da STTRANS (Superintendência do Trânsito e Transportes de Conceição), fica designado como autoridade do trânsito e transportes do município.

§ 1º - O Superintendente será substituído em suas faltas e impedimentos legais pelo Superintendente Adjunto.

§ 2º - A autoridade municipal de trânsito e dos transportes atribuirá aos guardas municipais de trânsito, da STTRANS, mediante ato específico, o Poder de Polícia Administrativa de Trânsito, como fiscais do trânsito e dos transportes do Município.

Art. 6º- A STTRANS terá a seguinte estrutura administrativa:

I - Superintendente, símbolo SMS1 ;

II - Superintendente Adjunto, Símbolo SMSA2

III- Diretor Jurídico, Símbolo SM3

IV - Diretor de Planejamento e Operações, símbolo SM3

V - Coordenador do Núcleo de Engenharia do Tráfego, Controle e Fiscalização, Símbolo SM4;

VI - Coordenador de Núcleo dos Guardas Municipais do Trânsito e Transportes, Símbolo SM4

VII - Agentes de Trânsito, símbolo AT-1

§ 1º - A estrutura administrativa da STTRANS consta no organograma do Anexo I, deste projeto de lei.

§ 2º - A JARI (Junta Administrativa de Recursos de Infrações) será constituída por decreto do Chefe do Poder Executivo, em conformidade com os artigos 7º e 17º do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503 de 1997.

§3º - O ocupante do Cargo de Superintendente , símbolo SMS1, terá status de Secretário Municipal, e o Superintendente Adjunto, símbolo SMSA2, terá status de Secretário Executivo.

§4º - Os cargos de Agentes de Trânsito, símbolo ATM-1, de natureza efetiva, serão preenchidos mediante concurso público, na quantidade indicada no anexo II desta Lei, para jornada nunca superior a 40 (quarenta), horas semanais.

§5º - O Agente de Trânsito Municipal - ATM1, terá as seguintes atribuições:

I - Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito;

II - Executar a fiscalização do trânsito em geral e de veículos que fazem o transporte escolar rural e urbano, moto-táxi, transporte coletivo de passageiros, táxi, ciclomotores, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e parada;

III - Fiscalizar o cumprimento das normas regulamentares e da programação operacional estabelecidas para o sistema de transporte público, aplicar medidas administrativas e/ou autuar por irregularidades ocorridas;

IV - Fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito;

V - Providenciar a sinalização de emergência e/ou medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação;

VI - Fiscalizar e manter o controle operacional dos pontos regulamentares de táxi, moto-táxi e transporte coletivo;

VII - Auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia da SMT;

VIII - Trabalhar em conjunto com o Departamento de Educação para o Trânsito, na realização de palestras e atividades educativas;

Art. 7º - Os dirigentes da STTRANS preferencialmente escolhidos entre possuidores de titulação superior ou com o ensino médio completo, devem antes de assumir suas funções, efetuarem treinamento na área de legislação e trânsito.

Art. 8º - Fica autorizado a STTRANS a criar, estruturar e colocar em funcionamento a Guarda Municipal de Trânsito e Transportes, com fins específicos de organizar, fiscalizar, advertir e multar as atividades de transporte e trânsito, no município de Conceição e implantar o Código Nacional de Trânsito.

PARAGRAFO ÚNICO - A STTRANS poderá assinar convênio com a Polícia Militar da Paraíba, visando à fiscalização e policiamento de trânsito.

Art. 9º - Para garantir o funcionamento da STTRANS ficam criados os cargos constantes no Anexo II - Cargos de Provimento em Comissão.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - Os recursos financeiros arrecadados pela STTRANS serão depositados na rede bancária oficial, em conta específica, e serão destinados ao custeio e investimentos da STTRANS, a manutenção e melhoria de sinalização do trânsito, campanhas educativas e recuperação da malha viária do município de Conceição, e a outras despesas da autarquia municipal.

Art. 11 - Fica autorizada a criação de estacionamentos rotativos em vias públicas, a serem regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

§1º - O poder Executivo poderá através de Processo licitatório terceirizar para empresas privadas a cobrança pelos estacionamentos rotativos.

§2º - O Poder Executivo poderá conceder a permissão de exploração do(s) estacionamento(s) rotativo(s) para entidades filantrópicas de conhecida e inquestionável filantropia.

Art. 12 - O Conselho Fiscal, (CFISC) órgão fiscalizador da STTRANS será composto de 03 membros e igual número de suplentes, designados pelo Prefeito Municipal e indicado pelos seguintes órgãos:

I - Câmara Municipal de Conceição - 01 representante;

II - Secretaria de Administração - 01 representante;

III - Secretaria de Infraestrutura - 01 representante.

§ 1º - O Presidente do Conselho Fiscal da STTRANS deverá ser o representante da Secretário de Infraestrutura.

§ 2º - O Regimento Interno do Conselho deverá ser elaborado no prazo máximo de 120 (Cento e Vinte) dias após a vigência desta Lei.

Art. 13º - A implementação dos cargos constantes nesta lei se dará de acordo com as necessidades da administração e funcionamento da STTRANS, ficando aplicado aos cargos ora criados no que couber a organização estrutural da Lei Complementar nº 017/2017, e suas alterações e adequações.

Art. 14 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 15º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição, Estado da Paraíba, em 28 de agosto de 2018.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Municipal

ANEXO I DOS CARGOS COMISSIONADOS

CARGO	NOMECLATURA	SUBSÍDIO SALÁRIO
Superintendente	SMS-1	4.000,00
Superintendente Adjunto	SMSA-2	2.000,00
Diretoria Jurídica	SM-2	1.700,00
Diretor de Planejamento e Operações	SM2	1.700,00
Coordenador do Núcleo de Engenharia do Tráfego, Controle e Fiscalização	SM-4	1.200,00
Coordenador de Núcleo dos Guardas Municipais do Trânsito e Transportes	SM-3	1.200,00

ANEXO II DOS CARGOS EFETIVOS

CARGO	Símbolo	Quantidade	Salário
Agentes de Trânsito	ATM1	07	957,00

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:1F11D8CD

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL 618/2018

Dispõe sobre Autorização para Transpor, Remanejar, Transferir ou utilizar, Total ou Parcialmente, as dotações Orçamentárias de um Órgão e Categoria de Programação para outra e da outras Providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 27/08/2018, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou Parcialmente, as dotações Orçamentárias de um Órgão e Categoria de Programação para outra, de que trata o art. 167, VI, da Constituição Federal, até o limite de 30% (trinta por cento), da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º - ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Conceição/PB, 28 de agosto de 2018.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 27/08/2018, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou Parcialmente, as dotações Orçamentárias de um Órgão e Categoria de Programação

para outra, de que trata o art. 167, VI, da Constituição Federal, até o limite de 30% (trinta por cento), da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual vigente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de janeiro de 2018.

Art. 3º - ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Conceição/PB, 28 de agosto de 2018.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:CAD2A826

**GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 619/2018**

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 27/08/2018, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Especial ao Orçamento vigente, no valor de **R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)**, destinado a cobertura da seguinte despesa:

06.001 – FUNDO DE SAÚDE

10 – Saúde

301 – Educação Básica

1012 – HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE

2082 – Manutenção do Programa Residência Médica

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R\$ 20.000,00

3.3.90.48 - Outros Auxílios Financeiros à Pessoa FísicaR\$ 140.000,00

TOTAL..... R\$ 160.000,00

Art. 2º - Constitui recursos para cobertura do Crédito Especial aberto pelo artigo anterior, anulação da dotação abaixo, na forma do art. 43, e seus parágrafos, da Lei Federal N.º 4.320 de 17 de Março de 1964.

06.001 – FUNDO DE SAÚDE

10 – Saúde

301 – Educação Básica

1012 – HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE

2040 – Cofinanciamento dos Programas do Bloco de Atenção Básica

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.....R\$ 160.000,00

TOTAL.....R\$ 160.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conceição/PB, 28 de Agosto de 2018.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:309F74E8

**GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL 620-2018**

Institui o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – COMUD, no Município de Conceição e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 27/08/2018, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.

Art. 1º - Fica instituído no Município de Conceição o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – COMUD, órgão consultivo, normativo e deliberativo, que se integrará à ação conjunta e articulada dos órgãos dos níveis federal e estadual que compõem o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.

Art. 2º - São funções do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas:

I - estabelecer as diretrizes e propor política municipal de prevenção, repressão e fiscalização de substâncias psicoativas e outras drogas;

II - coordenar, desenvolver e apoiar programas e atividades de prevenção do tráfico e do uso e abuso de drogas;

III - propor programa municipal de prevenção ao uso indevido e abuso de drogas e substâncias psicoativas, compatibilizando - o com a respectiva política pública proposta pelos Conselhos Estadual e Nacional de Políticas sobre Drogas, bem como acompanhar a sua execução;

IV - estimular, cooperar e fiscalizar entidades que ofertam tratamento de dependentes de drogas e substâncias psicoativas, as quais deverão ser cadastradas no COMUD;

V - colaborar, acompanhar e formular sugestões para as ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Município, Estado e União;

VI - estimular e cooperar para a realização de estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, e substâncias psicoativas que causem dependência física ou psíquica;

VII - estimular a participação da comunidade nas instituições que desenvolvam programas de prevenção ao uso de drogas e substâncias psicoativas e de doenças decorrentes desse uso;

VIII - apresentar sugestões quanto à problemática sobre drogas, para fins de encaminhamento a autoridades e órgãos de outros municípios, estados ou União;

IX - cadastrar entidades, instituições, programas e pessoas que atuam na área da dependência química no âmbito do Município, após aprovação da plenária do COMUD;

X - buscar recursos materiais, humanos e financeiros, estabelecendo parcerias às suas ações;

XI - promover, através de profissionais habilitados capacitação aos integrantes das entidades que atuam na área da dependência química para a prevenção ao uso de drogas, substâncias psicoativas e reabilitação de dependentes dessas substâncias;

XII - propor ao Poder Executivo Municipal medidas que visem a atender os objetivos previstos neste artigo.

§1º - O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas reunir-se-á, ordinariamente, com a presença de pelo menos metade de seus membros, bimestralmente e extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, ou mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos e, a cada dois anos, com todos os cadastrados e segmentos afins para a Conferência Municipal.

§2º - A Conferência Municipal de que trata o § 1 terá como objetivo levantar subsídios e avaliar o cumprimento do disposto neste artigo.

§3º - A política municipal sobre drogas será orientada para a prevenção e posterior reabilitação e reinserção do indivíduo.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas será composto paritariamente por 9 (nove) representantes de organizações governamentais e 9 (nove) de não governamentais, tendo como estrutura básica:

I - Presidência;

II - Vice - Presidência;

III - Secretário executivo, e

IV - Plenária.

§ 1º Para cada membro do Conselho Municipal será indicado um suplente.

§ 2º - O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas será presidido por pessoa de conhecimento ou atuação na área, eleita entre os membros do Conselho.

§ 3º - O Presidente poderá tomar parte nas discussões e votações, com direito a voto.

§ 4º - O Presidente, nas suas ausências e impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 5º - O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas contará com um Secretário Executivo;

I - o Secretário Executivo do Conselho Municipal de Política sobre Drogas será indicado pela plenária;

II - o cargo de Secretário Executivo só poderá ser exercido por pessoa com formação em nível superior;

III - a substituição do Secretário Executivo dar-se-á somente por dispensa, a pedido do servidor, ou destituição, com referendo da Plenária do COMUD.

§ 6º - A designação dos membros efetivos e suplentes será feita por portaria do Prefeito Municipal para o mandato de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período;

§ 7º - O desempenho das funções de membro do COMUD não representará qualquer ônus ao erário municipal;

§ 8º - Ao Ministério Público fica facultada a participação em todas as atividades do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal alocará espaço adequado para o funcionamento do COMUD, que contará com o apoio logístico da Secretaria Municipal de Assistência Social ou outra que vier a substituí-la.

Art. 5º - Perderá a representação e deixará de compor o COMUD a instituição que:

I - for extinta e deixar de atuar efetivamente na área;

II - deixar de enviar representante para participar do COMUD, nos termos do art. 6º, inciso II, desta Lei;

III - solicitar sua exclusão mediante ofício;

IV - atuar em desacordo com as políticas públicas sobre drogas.

Art. 6º - Perderá o mandato o Conselheiro que:

I - desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

II - faltar, durante o mandato, a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa;

III - apresentar conduta incompatível com a dignidade das funções, que será avaliada pela plenária;

IV - estiver vinculado a órgão ou instituição que venha a ser extinta.

§ 1º - A substituição se dará por deliberação da maioria dos componentes do Conselho, em procedimento iniciado mediante provocação de integrante do Conselho Municipal, do Ministério Público ou de qualquer cidadão, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Em caso de impedimento ou falta, os membros efetivos do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

§ 3º - Os critérios para a perda de mandato estipulados no caput deste artigo serão devidamente analisados e deliberados pela plenária do COMUD.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, como órgão normativo de deliberação coletiva, deverá elaborar o seu Regimento Interno no prazo de 120 (Cento e vinte) dias a contar da data de designação de seus membros.

Art. 8º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a celebrar os Convênios, Termos de Colaboração, Termos de Fomento e similares que se fizerem necessários à execução desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Conceição/PB, 28 de agosto de 2018.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ibrahim Soares Travassos

Código Identificador:AF21517D

GABINETE DO PREFEITO LEI MUNICIPAL 621-2018

Dá nome a Creche Municipal a ser Construída de Porcina Leite de Figueiredo Lacerda.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB, no uso de suas atribuições legais, em especiais o contido na Lei Orgânica do Município, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, aprovou em 27/08/2018, e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei.

Art. 1º - Fica denominado PORCINA LEITE DE FIGUEIREDO LACERDA, Creche Municipal a ser construída em nossa cidade.

2º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão a conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Conceição/PB, 28 de agosto de 2018.

JOSÉ IVANILSON SOARES DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:
Ibrahim Soares Travassos
Código Identificador:E8E59658

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 025 DE 27 DE AGOSTO DE 2018.

DECRETO Nº 025 DE 27 DE AGOSTO DE 2018.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SANTA ROSA – PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL** do Município de Barra de Santa Rosa, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e **CONSIDERANDO** o falecimento do Sr. Wanderley André dos Santos mais conhecido como Leide, servidor Municipal desta Edilidade, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura; **CONSIDERANDO** que o Sr. Wanderley André dos Santos além de ser Servidor Efetivo deste Município, também é Tio do Prefeito Neto Nepomuceno; **CONSIDERANDO** o consternamentogeral da comunidade Barrense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que surge pelo falecimento do Sr. Wanderley André dos Santos;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica decretado **LUTO OFICIAL** por 3 (três) dias em todo o Município, em homenagem póstuma ao falecimento do Servidor Wanderley André dos Santos.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Administração juntamente com a Assessoria de Comunicação deverá adotar as devidas providências para cumprimento do luto oficial.

Art. 2º. Fica instituído ponto facultativo nesta terça-feira, dia 27 de agosto de 2018 para os servidores da Administração Pública Municipal Direta e Indireta do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Os dirigentes máximos das Secretarias Municipais e das entidades da Administração Pública Municipal, respectivamente, Direta e Indireta, deverão elaborar e dar transparência da escala de trabalho para o atendimento dos serviços públicos essenciais, que não poderão sofrer descontinuidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com a sua fixação e divulgação nas redes sociais, em face da urgência, independentemente de sua publicação tempestiva, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional.

Barra de Santa Rosa - PB, 27 de agosto de 2018.

Registre-se e Publique-se.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andre Luiz Silva Batista
Código Identificador:12A439E6

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 077 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018. - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 077 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de credito adicional suplementar, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 476 de 05 de dezembro de 2017,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de **R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento Vigente, como segue:

02.040	SECRETARIA DE FINANÇAS	VALOR (R\$)
04.123.2004.2014	MANUTENÇÃO DAS OBR PATRONAIS SEC DE FINANÇAS	
3190.13.99.00	Obrigações Patronais	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		50.000,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE / FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.2028	MANUT DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE SAÚDE	
3190.13.99.02	Obrigações Patronais	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		50.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FMAS	VALOR (R\$)
08.243.1012.2038	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00
Total da Ação		40.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		40.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES		140.000,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de **R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais)**, como segue:

02.080	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	VALOR (R\$)
15.451.1007.1027	CONST DE PRAÇAS, CANTEIROS E JARDINS	
4490.51.99.52	Obras e Instalações	70.000,00
Total da Ação		70.000,00
15.451.1007.1028	CONST DE CALÇAMENTO, MEIO-FIO E CANTEIROS	
4490.51.99.52	Obras e Instalações	40.000,00
Total da Ação		40.000,00
15.452.1008.1034	AQ DE MAQ MOTORES, TRATORES, FERRAMENTAS E IMPLM	
4490.52.99.52	Equipamentos e Material Permanente	30.000,00
Total da Ação		30.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		140.000,00
TOTAL DE ANULAÇÕES		140.000,00
TOTAL DE OUTRAS FONTES		0,00
TOTAL GERAL DE FONTES		140.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 01 de fevereiro de 2018.

JONAS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilson Santiago
Código Identificador:84F625A1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 078 DE 01 DE MARÇO DE 2018. - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 078 DE 01 DE MARÇO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de credito adicional suplementar, e dá outras providências.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 476 de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de **R\$ 248.500,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento Vigente, como segue:

02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.128.2003.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADM	
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	35.000,00
Total da Ação		35.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		35.000,00
02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.365.1005.2026	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRÉ-ESCOLAR	
3390.36.99.19	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00
Total da Ação		10.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		10.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FMAS	VALOR (R\$)
08.243.1012.2039	MAN DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3190.13.99.00	Obrigações Patronais	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		50.000,00
02.080	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	VALOR (R\$)
15.451.1007.2042	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE INFRAESTRUTURA	
3190.04.99.00	Contratação por Tempo Determinado	70.000,00
Total da Ação		70.000,00
15.451.1007.2043	MAN DAS OBR PATRONAIS DA SEC DE INFRAESTRUTURA	
3190.13.99.00	Obrigações Patronais	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
02.100	SECRETARIA DE AGRICULTURA	VALOR (R\$)
20.606.1013.2056	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3370.41.99.00	Contribuições	19.500,00
Total da Ação		19.500,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		19.500,00
02.110	SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	VALOR (R\$)
13.392.1014.2057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	14.000,00
Total da Ação		14.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		14.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES		248.500,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de **R\$ 248.500,00 (Duzentos e quarenta e oito mil e quinhentos reais)**, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.1009	AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	
4490.51.99.01	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
12.361.1005.1012	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
4490.52.99.01	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		100.000,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE / FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.1048	CONST. DO CENTRO DE FISIOTERAPIA	
4490.51.99.51	Obras e Instalações	27.000,00
Total da Ação		27.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		27.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALOR (R\$)
08.244.1012.1060	CONST. DE CENTROS DE ATENDIMENTOS SOCIAIS	
4490.51.99.52	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
08.243.1012.1093	CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CRAS	
4490.51.99.52	Obras e Instalações	40.000,00
Total da Ação		40.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		90.000,00
02.080	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	VALOR (R\$)
16.482.1009.1035	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	
4490.51.99.52	Obras e Instalações	31.500,00
Total da Ação		31.500,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		31.500,00
TOTAL DE ANULAÇÕES		248.500,00
TOTAL DE OUTRAS FONTES		0,00
TOTAL GERAL DE FONTES		248.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 01 de março de 2018.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Gilson Santiago

Código Identificador:0DC7863D

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 0080 DE 02 DE ABRIL DE 2018. - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 0080 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0476 de 05 de dezembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de **R\$ 289.000,00 (Duzentos e oitenta e nove mil reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.365.1005.2026	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PRÉ-ESCOLAR	
3390.30.99.15	Material de Consumo	1.000,00
Total da Ação		1.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		1.000,00
02.060	SECRETARIA SAÚDE	VALOR (R\$)
10.301.1006.2027	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE SAÚDE	
3190.04.99.02	Contratação por Tempo Determinado	90.000,00
Total da Ação		90.000,00
10.301.1006.2028	MANUT DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE SAÚDE	
3190.13.99.02	Obrigações Patronais	50.000,00
3191.13.99.14	Contribuições Patronais (19)(I)	60.000,00
Total da Ação		110.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		200.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/FMAS	VALOR (R\$)
08.243.1012.2041	MAN DAS ATIVIDADES DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3390.32.99.00	Material de Distribuição Gratuita	33.000,00
Total da Ação		33.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		33.000,00
02.080	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA	VALOR (R\$)
15.451.1007.2043	MAN DAS OBG PATRONAIS DA SEC DA INFRAESTRUTURA	
3191.13.99.00	Contribuições Patronais(19)(I)	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
Total da Unidade Orçamentária		50.000,00
02.090	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	VALOR (R\$)
09.271.1011.2055	MANUT DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS	
3390.39.99.03	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000,00
Total da Ação		1.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		1.000,00
02.110	SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	VALOR (R\$)
27.812.1016.1097	Reforma e recuperação do Módulo Esportivo Alvaro	
4490.51.99.00	Obras e Instalações	4.000,00
Total da Ação		4.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		4.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES		289.000,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de **R\$ 289.000,00 (Duzentos e Oitenta e Nove Mil Reais)**, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.1095	Ampliação e Recuperação do Prédio Sede da Sec. M. Educação	
4490.51.99.01	Obras e Instalações	180.000,00
Total da Ação		180.000,00
12.361.1005.2018	REM DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS DA SEC	
3190.04.99.18	Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
3190.04.99.19	Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
3190.11.99.01	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	9.000,00
Total da Ação		109.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		289.000,00
TOTAL DE ANULAÇÕES		289.000,00

TOTAL DE OUTRAS FONTES	0,00
TOTAL GERAL DE FONTES	289.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 01 de dezembro de 2017.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Gilson Santiago

Código Identificador:2CDC849A

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 085, DE 01 DE MAIO DE 2018 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 085, de 01 de maio de 2018

Dispõe sobre a abertura de credito adicional especial, e dá outras providencias.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei n 476, de 05 de dezembro de 2017.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica autorizado o Crédito Adicional Especial na quantia de **R\$ 376.000,00 (Trezentos e setenta e seis mil reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento Vigente, como segue:

02.020	GABINETE DO PREFEITO	VALOR (R\$)
04.122.2002.2007	MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS	
3390.14.99.00	Diárias - Civil	5.000,00
Total da Ação		5.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		5.000,00
02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.128.2003.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADM	
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00
Total da Ação		35.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		35.000,00
02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.2019	MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DA SECRETARIA	
3190.13.99.01	Obrigações Patronais	50.000,00
3390.05.99.19	Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00
Total da Ação		55.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		55.000,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE / FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.2027	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE SAÚDE	
3190.11.99.02	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	150.000,00
Total da Ação		150.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		150.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FMAS	VALOR (R\$)
08.244.1012.1025	AQ DE EQ AP E MOB EM GERAL P/ SEC DE ASSIST SOCIAL	
4490.52.99.29	Equipamentos e Material Permanente	1.000,00
Total da Ação		1.000,00
08.243.1012.2038	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3190.04.99.00	Contratação por Tempo Determinado	30.000,00
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	60.000,00
Total da Ação		90.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		91.000,00
02.100	SECRETARIA DE AGRICULTURA	VALOR (R\$)
20.606.1013.2056	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.000,00
Total da Ação		40.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		40.000,00
Total de Suplementações		376.000,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de **R\$ 376.000,00 (Trezentos e setenta e seis mil reais)**, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
--------	------------------------	-------------

12.361.1005.1009	AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS	
4490.51.99.01	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
12.361.1005.2018	REM DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS DA SEC	
3190.04.99.19	Contratação por Tempo Determinado	50.000,00
3190.11.99.01	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	41.000,00
Total da Ação		91.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		141.000,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE / FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.2027	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE SAÚDE	
3190.11.99.14	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	185.000,00
Total da Ação		185.000,00
10.301.1006.2028	MANUT DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE SAÚDE	
3190.13.99.14	Obrigações Patronais	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
Total da Unidade Orçamentaria		235.000,00
Total de Anulações		376.000,00
Total de Outras Fontes		0,00
Total Geral de Fontes		376.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 01 de maio de 2018.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Gilson Santiago

Código Identificador:5568C5AC

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 0090 DE 11 DE JULHO DE 2018.- DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 0090 DE 11 DE JULHO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 0487 de 10 de julho de 2018, combinada com a Lei nº 0476, de 5 de dezembro de 2017.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica autorizado o Crédito Adicional Especial na quantia de **R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.128.2003.2066	Elaboração do Plano Diretor do Município de Montadas	
3390.39.99.52	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica	100.000,00
Total da Ação		100.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		100.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES		100.000,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto o Excesso de Arrecadação, apurado até o mês do exercício na forma do artigo 43, inciso III, da lei Federal nº 4.320/64, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 01 de dezembro de 2017.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:

Gilson Santiago

Código Identificador:9C3E957B

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº.
00006/2018

Torna público o adiamento da TOMADA DE PREÇOS Nº. 00006/2018 Objeto; a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE ABATEDOURO PÚBLICO MUNICIPAL. Nova data para início da Sessão: 09:00 (hora local) do dia 12 de Setembro de 2018. Local: Sala da CPL, Sede da Prefeitura Municipal de Picuí, Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB. Motivo do Adiamento: Reformulação do edital e/ou seus anexos. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes ou www.tce.pb.gov.br

Picuí - PB, 27 de Agosto de 2018

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:8B3D43BF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº
00041/2018

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, às 09:00 horas do dia 18 de Setembro de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, para: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE OXIGÊNIOS, AR MEDICINAL LOCAÇÃO DE CONCENTRADOR, MEDIANTE REQUISIÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02e Decreto Municipal nº. 005/2006. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes ou www.tce.pb.gov.br.

Picuí - PB, 27 de Agosto de 2018

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:52720009

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº
00032/2018

Torna público o adiamento do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 00032/2018 Objeto; CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E DE AGRICULTURA, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Nova data para início da Sessão: 09:00 (hora local) do dia 18 de Setembro de 2018. Local: Sala da CPL, Sede da Prefeitura Municipal de Picuí, Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB. Motivo do Adiamento: Recomposição de prazo mínimo legal, da publicidade do certame. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone:

(083) 3371-2126. E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br. Edital: www.picui.pb.gov.br/licitacoes ou www.tce.pb.gov.br

Picuí - PB, 27 de Agosto de 2018

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:915E16B3

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE
PREÇOS Nº 00003/2018

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00003/2018, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TOPOGRAFIA E DE ENGENHARIA, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: TOPGEO TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA - ME - R\$ 66.120,00.

Picuí - PB, 27 de Agosto de 2018

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:2D604859

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR CONTRATO

PROCESSO: Tomada de Preços nº 00003/2018. OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Na Área de Topografia e de Engenharia, Conforme as Especificações Descritas No Termo de Referência. NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista no Art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores: Topgeo Topografia e Projetos Ltda - ME - CNPJ 27.988.901/0001-90. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3371-2126.

Picuí - PB, 28 de Agosto de 2018

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:99381AE5

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00033/2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE TRATOR TRAÇADO 4X4, INCLUSO LÂMINA FRONTAL E SCRAPER TRASEIRO COM CAPACIDADE PARA 5 M³ (COLETOR DE SOLO) PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DE DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO.. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretaria da Agricultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito Constitucional, em 15/08/2018.

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:A5E3FE56

**GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DV00033/2018**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00033/2018, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE TRATOR TRAÇADO 4X4, INCLUSO LÂMINA FRONTAL E SCRAPER TRASEIRO COM CAPACIDADE PARA 5 M³ (COLETOR DE SOLO) PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DE DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO.; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: IVANILDO DE ARAÚJO SANTOS - R\$ 11.200,00.

Picuí - PB, 15 de Agosto de 2018

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:50B4198B

**GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA DE TRATOR TRAÇADO 4X4, INCLUSO LÂMINA FRONTAL E SCRAPER TRASEIRO COM CAPACIDADE PARA 5 M³ (COLETOR DE SOLO) PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DE DIVERSAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO.. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00033/2018. DOTAÇÃO: 20.500 - SECRETARIA DA AGRICULTURA 20.122.2009.2010 - 3.3.90.36.00.00.. VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Picuí e: CT Nº 00234/2018 - 15.08.18 - IVANILDO DE ARAÚJO SANTOS - R\$ 11.200,00.

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:4ADCC781

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 904/2018**

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Estatuto dos Servidores Públicos do município (Lei nº 717/91) e demais instrumentos normativos aplicáveis,

CONSIDERANDO as conclusões da Sindicância Administrativa nº 0001/2017, instituída pela Portaria SEAD nº 980/2017, a conclusão do relatório emitido nos referidos autos, o teor do memorando nº 04/2017-CS e o despacho do Exmo. Sr. Prefeito Constitucional, de 09 de julho de 2018;

CONSIDERANDO que, da apuração efetivada em sindicância administrativa, restou evidenciada a necessidade de abertura de Processo Administrativo Disciplinar, em desfavor de Marcelo da Silva Camilo (Secretário da Transportes e Trânsito da época dos fatos), Mat.: 2322, e do servidor efetivo Giorvani da Silva Cândido, ocupante do cargo de Motorista, Mat.: 2170, fundamentando sua decisão no disposto no art. 161, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pombal-PB – LM nº 717/91;

CONSIDERANDO por fim, que a Constituição Federal equiparou os expedientes administrativos aos judiciais, no que concerne ao resguardo de garantias do(s) acusado(s), e ainda o risco de anulação desses expedientes por vícios formais e ainda reconhecendo que os servidores possuem conduta ilibada e, portanto, estão aptos a

participarem dos trabalhos de apuração de cometimento ou não de falta grave em processo administrativo para esse fim constituído.

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, com vistas a apurar a suposta infração praticada pelos servidores públicos municipais, **Sr. Marcelo da Silva Camilo**, mat.: 2322, ocupante do cargo público em comissão de Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com lotação na Secretaria de mesmo nome e o **Sr. Giorvani da Silva Cândido**, Mat.: 2170, com lotação na Secretaria de Educação do município, a fim de identificar possível violação dos deveres funcionais contidos no art. 132 ou cometido quaisquer das condutas vedadas pelo art. 133, ambos da Lei Municipal nº 717/91.

Art. 2º - DESIGNAR, os servidores deste município: **FILIPE ALMEIDA GOMES**, servidor público municipal ocupante do cargo de Diretor do Departamento Jurídico da Procuradoria Geral do Município; **ERISTON DE ABRANTES PONTES**, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Contabilidade e Orçamento, mat.: 2428 e **RAISSA MARITEIN BEZERRA E SILVA**, servidora do quadro efetivo municipal, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, mat: 1949 para, sob a Presidência do primeiro, comporem a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, na forma do art. 159 e ss da Lei Municipal nº 717/91, destinada a apurar as circunstâncias e os fatos decorrente da conclusão da Sindicância Administrativa nº 001/2017, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 3º - A comissão instituída por esta portaria terá prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos seus trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante prévia justificativa.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 21 de agosto de 2018.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura de Pombal-PB

Publicado por:
Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:110976C1

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEAD/PMP Nº 906/2018**

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhes são permitidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Estatuto dos Servidores Públicos do município (Lei nº 717/91) e demais instrumentos normativos aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no Ofício nº 291/2018-SMS, da lavra da ilustre Secretária de Saúde deste município, dando ciência de fato ocorrido com ambulância USA do SAMU local (falta de combustível) e os desdobramentos decorrentes do fato, de ampla publicidade em todo o estado, se impondo a adequada apuração dos fatos e motivos que ensejaram a falta de combustível no citado veículo e a responsabilidade pelo ato de suposta negligência/desídia profissional, bem como o risco eventual que poderia advir ao poder público municipal e a terceiros, suscitando a possibilidade de abertura de procedimento administrativo;

CONSIDERANDO o interesse público, que determina a necessária apuração das irregularidades eventualmente praticadas por servidores(es) público(s) do município, no exercício de suas atribuições;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de instituição prévia de comissão de sindicância, em face dos fatos tratados no mencionado ofício e suas consequências, à luz do que dispõe o art. 159 da Lei Municipal nº 717/91; e

CONSIDERANDO por fim, que a Constituição Federal equiparou os expedientes administrativos aos judiciais, no que concerne ao resguardo de garantias do(s) acusado(s), e ainda o risco de anulação desses expedientes por vícios formais e ainda reconhecendo que os servidores possuem conduta ilibada e, portanto, estão aptos a participarem dos trabalhos de apuração de cometimento ou não de falta grave em processo administrativo para esse fim constituído.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores deste município: **KARL MARY MARTINS SANTANA**, servidor do quadro efetivo municipal, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Procuradoria Executiva, mat: 1530, **JUNIO DE SOUSA DANTAS**, ocupante do cargo público efetivo de Motorista, Mat. 0030 : e **FILIFE ALMEIDA GOMES**, ocupante do cargo em comissão de Diretor do Departamento Jurídico, Mat.: 2321, para, sob a Presidência do primeiro, comporem a **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**, na forma do art. 159 e ss da Lei Municipal nº 717/91, destinada a apurar as circunstâncias e os fatos indicados no Ofício nº 291/2018-SMS, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, a fim de identificar possível violação dos deveres funcionais contidos no art. 132 ou cometido quaisquer das condutas vedadas pelo art. 133, ambos da legislação municipal supracitada.

Art. 3º - A comissão instituída por esta portaria terá prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos seus trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante prévia justificativa.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Pombal, Estado da Paraíba, em 24 de agosto de 2018.

DJONIERISON JOSÉ FELIX DE FRANÇA

Secretário Municipal de Administração
Prefeitura de Pombal-PB

Publicado por:

Marília Tatiana da Silva Costa
Código Identificador:566A9485

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ

GABINETE DA PREFEITA TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 024/2018

Ref. Processo Licitatório nº 063/2018

Interessado: Secretaria Municipal de Educação.

Assunto: **Chamamento Público de Compra da Agricultura Familiar para aquisição de gêneros alimentícios produzidos por Agricultores e/ou Empreendedores de Base Familiar Rural, destinada ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Básica das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 024/2018

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. **RATIFICO.**

HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo ao **GRUPO INFORMAL** composto pelos Senhores Agricultores Familiares: **JOSÉ NEWTON MAIA VIANA DE MEDEIROS, GENILDO BATISTA DE**

OLIVEIRA, JURALICE NOGUEIRA DA SILVA, FRANCISCO DAS CHAGAS PORCINO CAMILO e MARCOS DANIEL MAIA VIANA DE MEDEIROS, com a importância global de **R\$ 60.126,00** (sessenta mil cento e vinte e seis reais) e ao **AGRICULTOR FAMILIAR HELDER GLENIO SARAIVA DA SILVA**, com a importância global de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais).

DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, e fundamento na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, em seu art. 14, Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, art. 24 e ss, a **Contratação Direta para Compra da Agricultura Familiar para aquisição de gêneros alimentícios produzidos por Agricultores e/ou Empreendedores de Base Familiar Rural, destinada ao preparo das refeições oferecidas aos alunos matriculados na Educação Básica das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de São José do Brejo do Cruz/ PB.**

DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

São José do Brejo do Cruz/ PB, 13 de agosto de 2018.

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Genilda Saraiva de Andrade

Código Identificador:E9845D28

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ

CPL RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DP00009/2018

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DP00009/2018

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00009/2018, que objetiva: Locação de imóvel destinado ao funcionamento temporário de equipamentos públicos - EMEIEF Luiz José Gonçalves; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: EDNALDO SILVA DE LIMA - R\$ 8.040,00.

Sapé - PB, 20 de Agosto de 2018

FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO

Prefeito

Publicado por:

Elaine Cunha da Silva

Código Identificador:29E9887E

CPL EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento temporário de equipamentos públicos - EMEIEF Luiz José Gonçalves.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00009/2018.

DOTAÇÃO: FUNDEB e Recursos Próprios do Município de Sapé: 06.00 - Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer 12.361.3004.2025 - Manter atividades da educação básica - FUNDEB 40% 12.361.3004.2028 - Manter atividades da educação básica - MDE 3390.36.01 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Sapé e:

CT Nº 00081/2018 - 20.08.18 - EDNALDO SILVA DE LIMA - R\$ 8.040,00

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:4F439296

CPL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DP00009/2018.

OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento temporário de equipamentos públicos - EMEIEF Luiz José Gonçalo.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 20/08/2018.

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:5E40C166

CPL
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00016/2018

FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAPÉ

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00016/2018

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00016/2018, que objetiva: Aquisição parcelada de materiais de construção diversos, com requisição diária e periódica - pronta entrega; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: FATHOR COMÉRCIO EIRELI - ME - R\$ 196.631,25.

Sapé - PB, 01 de Agosto de 2018

PATRÍCIA EUGÊNIA PAIVA DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:F2631342

CPL
EXTRATO DE CONTRATO

FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAPÉ

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição parcelada de materiais de construção diversos, com requisição diária e periódica - pronta entrega.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00016/2018.

DOTAÇÃO: Programas do Governo Federal e Recursos Próprios do Fundo Municipal de Promoção e A. Social: 10.00 - Fundo Municipal de Assistência Social 08.122.1003.2062 - Manter atividades do Conselho Tutelar do Município 08.122.3008.2063 - Realizar capacitação para operadores de programas sociais e conselheiros 08.243.3008.2064 - Administração do Piso de Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes 08.243.3008.2065 - Manter atividades do Prog. Serviço Acolh. para Crianças e Adolescentes 08.243.3008.2066 - Administração do Programa Criança Feliz 08.243.3008.2067 - Administração do serviço proteção social cumprimento medidas socioeducat. 08.243.3008.2068 - Manter serviço proteção social cumprimento medidas socioeducativas 08.243.3008.2069 - Administração das ações estrat. do Programa Erradicação Trabalho

Infantil 08.244.3008.2071 - Administração do BPC na Escola 08.244.3008.2072 - Manutenção do Piso Fixo de Média e Alta Complexidade - MSE e PAEFI 08.244.3008.2074 - Manutenção do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 08.244.3008.2075 - Manter atividades dos Conselhos Sociais 08.244.3008.2076 - Administração do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 08.244.3008.2077 - Prestar assistência e prot. a população LGBT, vítimas discr. e preconceito 08.244.3008.2078 - Manter atividades do Centro Ref. da Mulher em Situação de Vulnerabilidade 08.244.3008.2080 - Administração do IGD SUAS e Primeira Infância 08.244.3008.2081 - Manter atividades da Secretaria de Promoção e Assistência Social 08.244.3008.2082 - Administração do IGDBF - Bolsa Família e Cadastro Único 08.244.3008.2083 - Manutenção do IGD - Bolsa Família e Cadastro Único - Recursos Próprios 08.244.3008.2084 - Administração do Piso Básico Fixo - PBF 08.244.3008.2085 - Administração do Piso Fixo de Média e Alta Complexidade - MSE e PAEFI 3390.30.01 - Material de consumo 4490.51.01 - Obras e Instalações

VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2018

PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Promoção e Assistência Social de Sapé e:

CT Nº 00022/2018 - 01.08.18 - FATHOR COMÉRCIO EIRELI - ME - R\$ 196.631,25

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:A0D6A5CC

CPL
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00002/2018

FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAPÉ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV00002/2018

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV00002/2018, que objetiva: Execução dos serviços de locação, montagem e desmontagem de equipamentos de sonorização para realização de eventos oficiais; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: CARLOS ROBERTO FERREIRA DA SILVA - R\$ 7.000,00.

Sapé - PB, 20 de Agosto de 2018

PATRÍCIA EUGÊNIA PAIVA DA SILVA
Secretária

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:F7F10FBF

CPL
EXTRATO DE CONTRATO

FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAPÉ

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Execução dos serviços de locação, montagem e desmontagem de equipamentos de sonorização para realização de eventos oficiais.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00002/2018.

DOTAÇÃO: Programas do Governo Federal e Recursos Próprios do Fundo Municipal de Promoção e A. Social: 10.00 - Fundo Municipal de Assistência Social 08.243.3008.2064 - Administração do Piso de

Alta Complexidade I - Crianças e Adolescentes 08.243.3008.2065 - Manter atividades do Prog. Serviço Acolh. para Crianças e Adolescentes 08.243.3008.2066 - Administração do Programa Criança Feliz 08.244.3008.2072 - Manutenção do Piso Fixo de Média e Alta Complexidade - MSE e PAEFI 08.244.3008.2074 - Manutenção do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 08.244.3008.2076 - Administração do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 08.244.3008.2080 - Administração do IGD SUAS e Primeira Infância 08.244.3008.2081 - Manter atividades da Secretaria de Promoção e Assistência Social 08.244.3008.2082 - Administração do IGDBF - Bolsa Família e Cadastro Único 08.244.3008.2083 - Manutenção do IGD - Bolsa Família e Cadastro Único - Recursos Próprios 08.244.3008.2084 - Administração do Piso Básico Fixo - PBF 08.244.3008.2085 - Administração do Piso Fixo de Média e Alta Complexidade - MSE e PAEFI 3390.36.01 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2018

PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Promoção e Assistência Social de Sapé e:

CT Nº 00027/2018 - 20.08.18 - CARLOS ROBERTO FERREIRA DA SILVA - R\$ 7.000,00

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:A71740BC

CPL EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SAPÉ

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV00002/2018.

OBJETO: Execução dos serviços de locação, montagem e desmontagem de equipamentos de sonorização para realização de eventos oficiais.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Desenvolvimento Social..

RATIFICAÇÃO: Secretária, em 20/08/2018.

Publicado por:
Elaine Cunha da Silva
Código Identificador:1471D86D

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 028/2018 SAPÉ, 08 DE JANEIRO DE 2018.REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, inciso XI c/c o art. 88, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Sapé.

R E S O L V E:

Exonerar a pedido a senhora **Sonia Maria Germano Figueiredo**, do cargo de provimento em comissão de Secretário Executivo de Planejamento, símbolo CADS-02, lotada na Secretaria de Planejamento. Os efeitos desta portaria retroagem a 01 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, em 08 de janeiro de 2018.

FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:9842C5FA

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 325/2018 SAPÉ, 13 DE AGOSTO DE 2018.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município de Sapé.

R E S O L V E:

Designar o servidor **Demétrius Alexandre Diniz Mendes Felizardo**, para responder pelo cargo de Diretor Executivo do PRESAPÉ, em substituição a Thaís Emília Diniz Mendes de Araújo Costa, pelo período de férias de 13/08/2018 a 11/09/2018.

Gabinete do Prefeito, em 13 de agosto de 2018.

FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:7D49C7F0

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 327/2018 SAPÉ, 22 DE AGOSTO DE 2018.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, c/c o art. 12, §1º da Lei nº 796/2000 e tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado nos termos do Edital do Concurso, homologado em 09.09.2010.

R E S O L V E

Nomear o senhor **Luciano Pereira da Silva**, inscrição nº 500400549, para ocupar o cargo efetivo de **Motorista AB**, lotado na Secretaria de Saúde.

Gabinete do Prefeito, em 22 de agosto de 2018.

FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:662828F6

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 328/2018 SAPÉ, 22 DE AGOSTO DE 2018.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da Lei Orgânica do Município de Sapé, c/c Art. 19, § 3º da Lei nº 796/2000 e tendo em vista sua desistência.

R E S O L V E

Tornar sem efeito a Portaria nº 327/2018, de 22 de agosto de 2018, que nomeou o senhor **Luciano Pereira da Silva**, inscrição nº 500400549, para ocupar o cargo efetivo de Motorista AB, lotado na Secretaria de Saúde.

Gabinete do Prefeito, em 22 de agosto de 2018.

FLÁVIO ROBERTO MALHEIROS FELICIANO
Prefeito

Publicado por:
Ozineide Ferreira de Souza
Código Identificador:B5C03578

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 01/2018 AO CONTRATO N.º 127/2018 DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAVARES, CNPJ: 08.944.092/0001-70 e DENILTON MANDU DE OLIVEIRA – ME, CNPJ: 08.833.798/0001-64.

O presente Instrumento tem por objetivo alterar a **Cláusula Terceira** do Contrato nº 127/2018, tendo em vista a necessidade da utilização de alguns dos equipamentos licitados (Palco, Som, 15 Banheiros Químicos, Gerador e Grid) na Festa de São Miguel, que será realizada no dia 28 de setembro de 2018.

Parágrafo Primeiro – O presente termo aditivo está respaldado juridicamente no que determina a cláusula décima quinta e décima sétima do contrato originário e com o disposto no art. 65, da lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Parágrafo Segundo – O presente Termo Aditivo será de **R\$ 12.641,63 (Doze Mil Seiscentos e Quarenta e Um Reais e Sessenta e Três Centavos)**, que somado ao valor do contrato originário de **R\$ 50.910,00 (Cinquenta Mil Novecentos e Dez Reais)**, perfaz um valor global de **R\$ 63.551,63 (Sessenta e Três Mil Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Sessenta e Três Centavos)**.

Parágrafo Terceiro – A **Clausula Terceira** do contrato originário de nº 127/2018, ora alterada, terá a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A Contratante pagará ao Contratado a importância de **R\$ 63.551,63 (Sessenta e Três Mil Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Sessenta e Três Centavos)**, que será pago com recursos do orçamento do Município de Tavares – PB, descontando – se os impostos e em encargos obrigatórios.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA

Todas as demais cláusulas e condições do Contrato n.º 127/2018, não alteradas ou retificadas pelo presente Termo, são expressamente ratificadas, para todos os fins de direito. E, por estarem, assim, justas e acertadas, as partes ou seus representantes legais, assinam o presente Termo, que passa a integrar o Contrato originário, para todos os fins de direito.

DATA E ASSINATURA: Tavares – PB, 27 de agosto de 2018, Ailton Nixon Suassuna Porto, Prefeito Municipal e Empresa Contratada.

Publicado por:
João Lopes de Sousa Neto
Código Identificador:BC6800A1

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
005/2018

RESOLUÇÃO Nº 05/2018

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE
SUPLENTE DE CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, nas Leis do Município nº283/1993, nº 601/2006 e na Lei nº 724/2012 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Portaria nº 135/2018 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tendo em vista o não comparecimento no prazo estabelecido do 3º suplente do Conselho Tutelar **Wellinton Carlos Alencar de Sousa** para substituição da Conselheira Tutelar **Ana Beatriz Lira Freitas**.

RESOLVE:

Art. 1º – Convocar o Senhor, **Raphael Ferreira Nogueira 4º** suplente do Conselho Tutelar para no prazo de 48 horas, a contar da publicação desta convocação, se apresentar perante a Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Uiraúna-PB – CMDCA, das 7:30 às 13:30 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, sediada a Rua Manoel Mariano, s/n, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, manifestando seu interesse em exercer a função de Conselheiro Tutelar substituto, pelo período de 30 de agosto de 2018 a 20 de outubro de 2018.

O não comparecimento, no prazo determinado no caput deste artigo, implicará na convocação do próximo suplente.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Uiraúna – PB, 27 de agosto de 2018.

SIMONE RODRIGUES DE LIRA SALVADOR

Presidente do CMDCA

Publicado por:

Raiza Thalita Felix Almeida de Moraes

Código Identificador:FB3CD987

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
216/2018

Portaria nº 216/2018.

Uiraúna – Pb, 27/08.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR: TEREZA DAVILA DO NASCIMENTO ARAÚJO para o Cargo Comissionado de **ASSESSOR TÉCNICO**, junto a Secretaria de Governo e Articulação Política deste município de Uiraúna - Pb, até ulterior deliberação, servindo-lhe de título a presente portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2018.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA-PB, em 27 de Agosto de 2018.

JOÃO BOSCO NONATO FERNANDES

Prefeito

Publicado por:

Raiza Thalita Felix Almeida de Moraes

Código Identificador:38B5512F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
217/2018

Portaria nº 217/2018.

Uiraúna – Pb, 24/08.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR: MARIA LEILA DE SOUZA CORDEIRO do Cargo Comissionado de **DIRETORA DA CRECHE MÃE CHOTA**, junto a Secretaria de Educação deste município de Uiraúna - Pb, até ulterior deliberação, servindo-lhe de título a presente portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Agosto de 2018.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE UIRAÚNA-PB, em 24 de Agosto de 2018.

JOÃO BOSCO NONATO FERNANDES

Prefeito

Publicado por:

Raiza Thalita Felix Almeida de Moraes

Código Identificador:4F80178B

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JURIPIRANGA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 053/2018**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 053/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 00038/2018**

O Município de Juripiranga, neste ato representado por seu Prefeito, Paulo Dália Teixeira, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA, estabelecida na Rodovia PE-82, km 20, s/n – Ibiranga – Itambé - PE, CNPJ nº 06.117.821/0001-99, pelo seu representante infra-assinado, Senhor GUARACI RODRIGUES DE SOUZA, portador do CPF nº 157.240.004-82 e RG nº 1.289.816 SDS/PE, residente na Rua Tenente João Gomes, nº 204 – Timbauba - PE, doravante denominada FORNECEDORA, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 05/2010, que institui a modalidade pregão e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 00038/2018**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA I – DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição de combustíveis, lubrificantes e derivados, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura de Juripiranga, abaixo especificados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
01	ÁLCOOL COMUM. MARCA: PETROBRAS.	LT	4.000	3,59	14.360,00
02	GASOLINA COMUM. MARCA: PETROBRAS.	LT	38.000	4,48	170.240,00
03	ÓLEO DIESEL S10. MARCA: PETROBRAS.	LT	75.000	3,37	252.750,00
04	ADITIVO PARA RADIADOR 200 ml. MARCA: BARDHAL.	UNID	30	17,60	528,00
05	DESINGRIPANTE AEROSOL 300 ml. MARCA: WHITLUB.	UNID	30	10,00	300,00
06	FLUÍDO AUTOMOTIVO ARLA 32 – 20 Litros. MARCA: CETA.	BALDE	40	50,00	2.000,00
07	GRAXA MULTIPLAS APLICAÇÕES DE LÍTIO, CONSISTÊNCIA NLG12 – 20 kg. MARCA: PETROBRAS.	BALDE	10	376,30	3.763,00
08	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR DE TRATOR – MINERAL SAE 10W-30 API GL-4 20 Litros. MARCA: MOTOR.	BALDE	35	264,33	9.251,55
09	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL – MULTIVISCO SAE 15W-40 API C1-4 – 20 Litros. MARCA: PETROBRAS.	BALDE	65	273,07	17.749,55
10	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL – SINTÉTICO 10W-40 API C1-4 – 20 Litros. MARCA: PETRONAS.	BALDE	35	463,05	16.206,75
11	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO PARA VEÍCULO GASOLINA. MARCA: DULUB.	LT	30	12,00	360,00
12	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL SAE 90 PARA DIFERENCIAL E CAIXA DE MARCHA – 1 Litro. MARCA: DULUB.	LT	55	12,00	660,00
13	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL 4T 20W-50 API SL JASO MA2 – 1 Litro. MARCA: MOBIL.	LT	36	18,00	648,00
14	ÓLEO FLUÍDO DE FREIO DOT-4 - 500 ml. MARCA: BOSCH.	UNID	60	20,55	1.233,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR FLEX – 15W40 – 1 Litro. MARCA: PETROBRAS.	LT	250	16,00	4.000,00
16	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR FLEX – SINTÉTICO SAE 0W-20 API SN – 1 LITRO. MARCA: IPIRANGA.	LT	100	28,80	2.880,00
Total..... R\$					496.929,85

CLAUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01(um) ano, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juripiranga não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial Para Registro de Preços N.º 00038/2018, que precedeu a íntegra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO (Conforme Edital)

CLAUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO (Conforme Edital)

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município:

5.1.1. Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.2. A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.3. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

5.2.4. A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.5. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.6. No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO (Conforme Edital)

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES (Conforme Edital)

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei Federal 9.069 de 29.6.1995, ao art. 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 00038/2018, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal nº 016/2014.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

9.1.2. a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta licitação ocorrerá à conta dos recursos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Juripiranga, por programa, projeto, fonte de recursos e elemento de despesa para este exercício e o exercício seguinte.

CLÁUSULA XI – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO:

12.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o Município designará no mínimo 03 (três) servidores, nomeados através de Portaria, que farão o recebimento nos termos do artigo 73, II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93, da seguinte forma:

- a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;
- b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

CLÁUSULA XIII – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o Edital do Presencial Para Registro de Preços nº 00038/2018 e a proposta da empresa AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA, classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 04/2010 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Itabaiana - PB, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Juripiranga(PB), 14 de agosto de 2018.

PAULO DÁLIA TEIXEIRA

Prefeito Municipal

AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA

Empresa Detentora da Ata

Publicado por:
Edivânio Bernardo dos Santos
Código Identificador:AF9D4934

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO GABINETE DO PREFEITO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 054/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 00039/2018 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JURIPIRANGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 054/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 00039/2018

O Município de Juripiranga, neste ato representado por seu Prefeito, Paulo Dália Teixeira, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA, estabelecida na Rodovia PE-82, km 20, s/n – Ibiranga – Itambé - PE, CNPJ nº 06.117.821/0001-99, pelo seu representante infra-assinado, Senhor GUARACI RODRIGUES DE SOUZA, portador do CPF nº 157.240.004-82 e RG nº 1.289.816 SDS/PE, residente na Rua Tenente João Gomes, nº 204 – Timbauba - PE, doravante denominada FORNECEDORA, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 05/2010, que institui a modalidade pregão e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 00039/2018**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLAUSULA I – DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para aquisição de combustíveis, lubrificantes e derivados, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura de Juripiranga, abaixo especificados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
01	ALCOOL COMUM. MARCA: PETROBRAS.	LT	2.000	3,59	7.180,00
02	GASOLINA COMUM. MARCA: PETROBRAS.	LT	28.000	4,48	125.440,00
03	ÓLEO DIESEL S10. MARCA: PETROBRAS.	LT	23.000	3,37	77.510,00
04	ADITIVO PARA RADIADOR 200 ml. MARCA: BARDHAL.	UNID	20	17,60	352,00
05	DESINGRIPANTE AEROSOL 300 ml. MARCA: WHITLUB.	UNID	15	10,00	150,00
06	GRAXA MÚLTIPLAS APLICAÇÕES DE LÍTIO, CONSISTÊNCIA NLG12 – 20 kg. MARCA: PETROBRAS.	BALDE	05	376,30	1.881,50
07	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL-SINTÉTICO 5W - 30 - 1 Litro. MARCA: UNI.	UNID	250	24,50	6.125,00
08	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR DIESEL – MINERAL MULTIVISCO 15W-40 CG-4 – 20 Litros. MARCA: PETROBRAS.	BALDE	30	273,07	8.192,10
09	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO LH - 68 - 20 Litros. MARCA: DULUB.	BALDE	05	169,00	845,00
10	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL SAE 90 PARA DIFERENCIAL E CAIXA DE MARCHA – 1 Litro. MARCA: DULUB.	LT	10	12,00	120,00
11	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL 4T 20W-50 API SL JASO MA2 – 1 Litro. MARCA: MOBIL.	LT	12	18,00	216,00
12	ÓLEO FLUÍDO DE FREIO DOT-4 - 500 ml. MARCA: BOSCH.	UNID	25	20,55	513,75
13	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR FLEX – 15W40 – 1 Litro. MARCA: PETROBRAS.	LT	150	16,00	2.400,00
14	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR FLEX – SINTÉTICO SAE 5W-30 API SN – 1 LITRO. MARCA: UNI.	LT	45	24,50	1.102,50
15	ÓLEO LUBRIFICANTE MOTOR FLEX – SINTÉTICO SAE 5W-20 API SN – 1 LITRO. MARCA: UNI.	LT	45	24,50	1.102,50
Total.....RS					233.130,35

CLAUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01(um) ano, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juripiranga não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 00039/2018, que precedeu a íntegra do presente instrumento de compromisso, independentemente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III – DO PAGAMENTO (Conforme Edital)

CLAUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO (Conforme Edital)

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município:

5.1.1. Atestar nas Notas Fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.1.2. Aplicar à Detentora da Ata penalidades ou sanções, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.2. A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.3. Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe assegurem.

5.2.4. A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.5. Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.6. No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o produto.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO (Conforme Edital)

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES (Conforme Edital)

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei Federal 9.069 de 29.6.1995, ao art. 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 00039/2018, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal nº 016/2014.

8.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico financeiro da avença.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

9.1.2. a detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4. em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5. os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o

endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta licitação ocorrerá à conta dos recursos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Juripiranga, por programa, projeto, fonte de recursos e elemento de despesa para este exercício e o exercício seguinte.

CLÁUSULA XI – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo Ordenador da Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO:

12.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o Município designará no mínimo 03 (três) servidores, nomeados através de Portaria, que farão o recebimento nos termos do artigo 73, II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93, da seguinte forma:

- a) provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;
- b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

CLÁUSULA XIII – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o Edital do Presencial Para Registro de Preços nº 00039/2018 e a proposta da empresa AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA, classificada em 1º lugar no certame supra numerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, pelo Decreto Municipal nº 04/2010 no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Itabaiana - PB, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Juripiranga(PB), 14 de agosto de 2018.

PAULO DÁLIA TEIXEIRA

Prefeito Municipal

AUTO POSTO SERRA NEGRA LTDA

Empresa Detentora da Ata

Publicado por:
Edivânio Bernardo dos Santos
Código Identificador:1095AFF3

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

GABINETE DO PREFEITO DECRETO MUNICIPAL Nº 076 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017. - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 076 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a abertura de credito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 460 de 21 de dezembro de 2016,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de **R\$ 2.107.108,00 (Dois milhões, cento e sete mil e cento e oito reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.020	GABINETE DO PREFEITO	VALOR (R\$)
04.122.2002.2006	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOC DO GABINETE	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	48.765,00
Total da Ação		48.765,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		48.765,00
02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.128.2003.2009	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS DA SEC DE ADM	
3390.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	34.920,00
Total da Ação		34.920,00
04.128.2003.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADM	
3390.30.99.00	Material de Consumo	8.105,00
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	8.035,00
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.050,00
Total da Ação		23.190,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		58.110,00
02.040	SECRETARIA DE FINANÇAS	VALOR (R\$)
28.845.2004.0005	DEVOLUÇÃO DE RECEITAS	
3320.93.99.00	PENDENTE	52.640,00
Total da Ação		52.640,00
04.123.2004.2013	REM DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS DA SEC DE FINANÇAS	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	23.845,00
Total da Ação		23.845,00
11.331.2004.2017	PASEP	
3390.47.99.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	9.670,00
Total da Ação		9.670,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		86.155,00
02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.2018	REM DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS DA SEC	
3190.04.99.19	Contratação por Tempo Determinado	130,00
3190.11.99.18	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	265.119,00
3190.11.99.19	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	67.963,00
Total da Ação		333.212,00
12.361.1005.2019	MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DA SECRETARIA	
3190.13.99.01	Obrigações Patronais	40.800,00
3190.13.99.18	Obrigações Patronais	31.700,00
Total da Ação		72.500,00
12.361.1005.2022	MAN DAS ATIVIDADES DAS SEC DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
3390.30.99.01	Material de Consumo	2.680,00
3390.30.99.15	Material de Consumo	29.550,00
3390.30.99.19	Material de Consumo	4.330,00
3390.36.99.01	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	57.455,00
3390.39.99.15	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.210,00
3390.39.99.19	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.000,00
Total da Ação		98.225,00
Total da Unidade Orçamentaria		503.937,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE / FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.1019	AQ DE EQP AP E MOB EM GERAL P/ SEC DE SAÚDE	
4490.52.99.14	Equipamentos e Material Permanente	201.540,00
Total da Ação		201.540,00
10.301.1006.2027	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE SAÚDE	
3190.04.99.02	Contratação por Tempo Determinado	29.250,00
3190.04.99.14	Contratação por Tempo Determinado	39.525,00
3190.11.99.02	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	108.465,00
3190.11.99.14	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	104.025,00
Total da Ação		281.265,00
10.301.1006.2028	MANUT DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE SAÚDE	
3190.13.99.02	Obrigações Patronais	34.450,00
3190.13.99.14	Obrigações Patronais	22.515,00
Total da Ação		56.965,00
10.301.1006.2030	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE SAÚDE	
3390.30.99.02	Material de Consumo	51.605,00
3390.30.99.14	Material de Consumo	47.640,00
3390.36.99.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	19.570,00
3390.36.99.14	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	83.230,00
3390.39.99.02	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	160,00
Total da Ação		202.205,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		741.975,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FMAS	VALOR (R\$)
08.243.1012.2038	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.580,00
3190.11.99.29	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	7.850,00
Total da Ação		48.430,00
08.243.1012.2039	MAN DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3190.13.99.00	Obrigações Patronais	7.065,00
Total da Ação		7.065,00
08.243.1012.2041	MAN DAS ATIVIDADES DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3390.30.99.29	Material de Consumo	17.770,00
3390.36.99.29	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.250,00
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.050,00
Total da Ação		31.070,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		86.565,00
02.080	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	VALOR (R\$)
15.451.1007.2042	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE INFRAESTRUT	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	106.308,00
Total da Ação		106.308,00

15.451.1007.2043	MAN DAS OBR PATRONAIS DA SEC DE INFRAESTRUTURA	
3190.13.99.00	Obrigações Patronais	20.385,00
Total da Ação		20.385,00
15.451.1007.2045	MAN DAS ATIVIDADES DA SEC DE INFRAESTRUTURA	
3390.30.99.00	Material de Consumo	60.050,00
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	31.182,00
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.550,00
Total da Ação		98.782,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		225.475,00
02.090	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	VALOR (R\$)
09.271.1011.2052	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL INATIVO	
3190.01.99.03	Aposentadorias e Reformas	299.060,00
Total da Ação		299.060,00
09.271.1011.2053	REMUNERAÇÃO DE PENSIONISTAS	
3190.03.99.03	Pensões	31.020,00
Total da Ação		31.020,00
09.271.1011.2055	MANUT DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS	
3390.39.99.03	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.146,00
Total da Ação		7.146,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		337.226,00
02.100	SECRETARIA DE AGRICULTURA	VALOR (R\$)
20.606.1013.2056	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETRIA	
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	18.900,00
Total da Ação		18.900,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		18.900,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES		2.107.108,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de **R\$ 2.107.108,00 (Dois milhões, cento e sete mil e cento e oito reais)**, como segue:

02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.1011	AQUISIÇÃO DE EQ APARELHOS E MOBILIÁRIOS	
4490.52.99.15	Equipamentos e Material Permanente	10.000,00
4490.52.99.19	Equipamentos e Material Permanente	26.000,00
Total da Ação		36.000,00
12.361.1005.1046	CONST. REF. E AMPL. DE ESC. EDUC. INF. / PROINFANCIA	
4490.51.99.15	Obras e Instalações	79.000,00
Total da Ação		201.000,00
12.361.1005.1047	CONST. REF. E AMPL. DE UNIDADES ESCOLARES	
4490.51.99.01	Obras e Instalações	50.000,00
4490.51.99.19	Obras e Instalações	50.000,00
4490.51.99.53	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		150.000,00
12.361.1005.2018	REM DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS DE SEC	
3190.04.99.01	Contratação por Tempo Determinado	78.000,00
3190.11.99.01	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	114.000,00
Total da Ação		192.000,00
12.361.1005.2019	MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DA SECRETARIA	
3190.13.99.19	Obrigações Patronais	26.000,00
3190.91.99.01	Sentenças Judiciais	10.000,00
3190.91.99.18	Sentenças Judiciais	20.000,00
3190.92.99.01	Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00
3190.92.99.18	Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00
3190.94.99.01	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
3190.94.99.18	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
3390.05.99.01	Outros Benefícios Previdenciários	5.000,00
Total da Ação		101.000,00
12.361.1005.2020	MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE DIARIAS DA SEC	
3390.14.99.01	Diárias – Civil	21.000,00
Total da Ação		21.000,00
12.361.1005.2021	AQ DE UNIF CALÇADOS E ROUPAS PARA DOAÇÃO A EST	
3390.32.99.01	Diárias – Civil	23.000,00
Total da Ação		23.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		602.000,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE / FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.1018	RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	60.000,00
4490.51.99.14	Obras e Instalações	60.000,00
4490.51.99.54	Obras e Instalações	30.000,00
Total da Ação		150.000,00
10.301.1006.1019	AQ DE EQP AP E MOB EM GERAL P/ SEC DE SAÚDE	
4490.52.99.02	Equipamentos e Material Permanente	23.000,00
Total da Ação		23.000,00
10.301.1006.1020	CONST DO MURO DA UNID DE SAÚDE PAULO DE SOUZA	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
10.301.1006.1021	AQ DE VEÍCULOS P/ SEC DE SAÚDE	
4490.52.99.02	Equipamentos e Material Permanente	60.000,00
Total da Ação		60.000,00
17.511.1006.1022	PERFURAÇÃO E INST DE POÇOS TUBULARES E ARTESIANOS	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	50.000,00
4490.51.99.51	Obras e Instalações	40.000,00
Total da Ação		90.000,00
17.512.1006.1023	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO NA ZONA URB	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	20.000,00
4490.51.99.51	Obras e Instalações	20.000,00
Total da Ação		40.000,00
17.512.1006.1024	CONST E MELHORIA SANITARIA DOMICILIAR-PRIVADA	

4490.51.99.02	Obras e Instalações	30.000,00
4490.51.99.51	Obras e Instalações	30.000,00
Total da Ação		60.000,00
10.301.1006.1048	CONST. DO CENTRO DE FISIOTERAPIA	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
10.301.1006.1049	CONST. REF. E AMPL. DE ATERRO SANIT. E USINA DE LIXO	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	50.000,00
4490.51.99.51	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		100.000,00
10.301.1006.1052	CONST. E AMPL. DO PRÉDIO DA LAVANDERIA PÚBLICA	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	35.000,00
Total da Ação		35.000,00
10.301.1006.1053	AQUISIÇÃO DE UNIDADE MOVEL DE SAÚDE	
4490.52.99.02	Equipamentos e Material Permanente	60.000,00
4490.52.99.51	Equipamentos e Material Permanente	60.000,00
Total da Ação		120.000,00
10.301.1006.1055	CONSTRUÇÃO DE CANAL PLUVIAL	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	60.000,00
Total da Ação		60.000,00
10.301.1006.1056	CONSTRUÇÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	60.000,00
Total da Ação		60.000,00
10.301.1006.1057	CONST. REF. E AMPL. DE ATERRO SANIT. E USINA DE LIXO	
4490.51.99.02	Obras e Instalações	80.000,00
4490.51.99.51	Obras e Instalações	80.000,00
Total da Ação		160.000,00
10.301.1006.2031	CONST. REF. E AMPL. DE ATERRO SANIT. E USINA DE LIXO	
3390.32.99.02	Material de Distribuição Gratuita	180.000,00
3390.92.99.02	Despesas de Exercícios Anteriores	141.000,00
Total da Ação		321.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		1.379.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FMAS	VALOR (R\$)
08.244.1012.1058	CONST./RECONST. DE HABIT. P/ PESSOA DE BAIXA RENDA	
4490.51.99.00	Obras e Instalações	50.000,00
4490.51.99.52	Obras e Instalações	23.468,00
Total da Ação		73.468,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		73.468,00
02.080	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	VALOR (R\$)
20.605.1010.2047	MANUT DO PROGRAMA GARANTIA SAFRA	
3370.41.99.00	Contribuições	23.000,00
Total da Ação		23.000,00
23.695.1008.2048	PROM DE FESTIV REG, FOLC, PADROEIRO, INAUG, ETC.	
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	21.000,00
Total da Ação		21.000,00
18.541.1007.2058	CONTRIB. AO CONSORCIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3370.41.99.00	Contribuições	8.640,00
Total da Ação		8.640,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		52.640,00
TOTAL DE ANULAÇÕES		2.107.108,00
TOTAL DE OUTRAS FONTES		0,00
TOTAL GERAL DE FONTES		2.107.108,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 01 de dezembro de 2017.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilson Santiago
Código Identificador:FEBAD371

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL Nº 087 DE 01 DE JUNHO DE 2018. - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 087 DE 01 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de credito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 476 de 05 de dezembro de 2017,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de **R\$ 165.500,00 (Cento e sessenta e cinco mil e quinhentos reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento Vigente, como segue:

02.020	GABINETE DO PREFEITO	VALOR (R\$)
04.122.2002.2006	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOC DO GABINETE	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	90.000,00
Total da Ação		90.000,00

TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		90.000,00
02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.128.2003.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADM	
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	7.000,00
Total da Ação		7.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		7.000,00
02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.2019	MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DA SECRETARIA	
3390.05.99.01	Outros Benefícios Previdenciários	3.000,00
Total da Ação		3.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		3.000,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE / FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.2030	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE SAÚDE	
3390.36.99.14	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	15.000,00
Total da Ação		15.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		15.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FMAS	VALOR (R\$)
08.243.1012.2037	REM DOS MEMBROS DO CONS TUTELAR DA CRIANÇA E DO AD	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	20.000,00
Total da Ação		20.000,00
08.243.1012.2041	MAN DAS ATIVIDADES DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00
Total da Ação		5.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		25.000,00
02.090	PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	VALOR (R\$)
09.271.1011.2055	MANUT DAS ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS	
3390.39.99.03	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500,00
Total da Ação		1.500,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		1.500,00
02.100	SECRETARIA DE AGRICULTURA	VALOR (R\$)
20.606.1013.2056	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190.13.99.00	Obrigações Patronais	10.000,00
Total da Ação		10.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		10.000,00
02.110	SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	VALOR (R\$)
13.392.1014.2057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190.13.99.00	Obrigações Patronais	10.000,00
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.000,00
Total da Ação		14.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		14.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES		165.500,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto, a Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de **R\$ 165.500,00 (Cento e sessenta e cinco mil e quinhentos reais)**, como segue:

02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.128.2003.2010	MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS DA SEC DE ADM	
3191.13.99.00	Contribuições Patronais (19) (I)	25.000,00
Total da Ação		25.000,00
04.128.2003.2011	MANUTENÇÃO DO PAGTO DE DIARIAS DA SEC DE ADM	
3390.14.99.00	Diárias - Civil	7.500,00
Total da Ação		7.500,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		32.500,00
02.040	SECRETARIA DE FINANÇAS	VALOR (R\$)
19.573.2004.2002	MANUTENÇÃO DE CONT. A INST. FED. ASSOCIAÇÕES	
3350.43.99.00	Subvenções Sociais	21.000,00
Total da Ação		21.000,00
04.123.2004.2013	REM DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS DA SEC DE FINANÇAS	
3190.94.99.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	60.000,00
Total da Ação		60.000,00
04.123.2004.2014	MANUTENÇÃO DAS OBR PATRONAIS DA SEC DE FINANÇAS	
3191.13.99.00	Contribuições Patronais (19) (I)	10.000,00
Total da Ação		10.000,00
04.123.2004.2015	MANUTENÇÃO DO PAGTO DE DIARIAS DA SEC DE FINANÇAS	
3390.14.99.00	Diárias - Civil	7.000,00
Total da Ação		7.000,00
04.123.2004.2016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE FINANÇAS	
3390.30.99.00	Material de Consumo	15.000,00
3390.92.99.00	Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00
Total da Ação		25.000,00
11.331.2004.2017	PASEP	
3390.47.99.16	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00
Total da Ação		10.000,00
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTARIA		133.000,00
TOTAL DE ANULAÇÕES		165.500,00
TOTAL DE OUTRAS FONTES		0,00
TOTAL GERAL DE FONTES		165.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 01 de junho de 2018.

JONAS DE SOUZA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 090, DE 11 DE JULHO DE 2018. - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 090, de 11 de julho de 2018.

Dispõe sobre a abertura de credito adicional suplementar e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTADAS, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições legais em conformidade com o que dispõe a Lei nº 0476, de 5 de dezembro de 2017.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar no valor de **R\$ 533.000,00 (Quinhentos e trinta e três mil reais)**, destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.128..2003.2012	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC DE ADM	
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	5.000,00
3390.39.99	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.000,00
Total da Ação		30.000,00
Total da Unidade Orçamentária		30.000,00
02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.2018	REM DE PESSOAL ATIVO E ENCARGOS DA SEC	
3190.04.99	Contratação por Tempo determinado	25.000,00
Total da Ação		25.000,00
12.361.1005.2022	MAN DAS ATIVIDADES DAS SEC DE EDUCAÇÃO E CULT	
3390.36.99.15	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
Total da Ação		5.000,00
Total da Unidade Orçamentária		30.000,00
02.060	SECRETARIA DE SAÚDE/FMS	VALOR (R\$)
10.301.1006.1019	AQ DE EQP AP E MOB EM GERAL P/ SEC DE SAÚDE	
4490.52.99.51	Equipamentos e Material Permanente	4.000,00
Total da Ação		4.000,00
10.301.1006.2027	REM DE PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE SAÚDE	
3190.04.99.02	Contratação por Tempo Determinado	100.000,00
3190.04.99.14	Contratação por Tempo Determinado	150.000,00
Total da Ação		250.000,00
10.301.1006.2028	MANUT DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE SAÚDE	
3190.13.99.02	Obrigações Patronais	80.000,00
Total da Ação		80.000,00
Total da Unidade Orçamentária		334.000,00
02.070	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	VALOR (R\$)
08.243.1012.2039	MAN DAS OBRIG PATRONAIS DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3390.05.99.00	Outros Benefícios Previdenciários	1.500,00
33.90.05.99.29	Outros Benefícios Previdenciários	1.000,00
Total da Ação		2.500,00
08.243.1012.2041	MAN DAS ATIVIDADES DA SEC DE ASSIST SOCIAL	
3390.39.99.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.000,00
3390.48.99	Outros Auxílios Financeiros – Pessoa Física	5.000,00
Total da Ação		10.000,00
Total da Unidade Orçamentária		12.500,00
02.080	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	VALOR (R\$)
15.451.1007.2042	REM PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE INFRA-ESTRUT	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	59.500,00
Total da Ação		59.500,00
Total da Unidade Orçamentária		59.500,00
02.100	SECRETARIA DE AGRICULTURA	VALOR (R\$)
20.606.1013.2056	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	5.000,00
Total da Ação		5.000,00
Total da Unidade Orçamentária		5.000,00
02.110	SECRETARIA DE CULT, TURISMO, ESPORTE E LAZER	VALOR (R\$)
13.392.1014.2057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	
3190.11.99.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	49.000,00
3390.36.99.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	13.000,00
Total da Ação		62.000,00
Total da Unidade Orçamentária		62.000,00
Total de Suplementações		533.000,00

Art. 2º. Constituem recursos para complementar a abertura do Crédito de que trata o artigo 1º deste Decreto Anulação Parcial de dotações consignadas no Orçamento vigente, no valor de **R\$ 533.000,00 (quinhentos e trinta e três Mil Reais)**, como segue:

02.020	GABINETE DO PREFEITO	VALOR (R\$)
04.122.2002.2008	MANUTENÇÃO DO PAG DA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	
3390.05.99.00	Outros Serviços Beneficiários	6.000,00
Total da Ação		6.000,00
Total da Unidade Orçamentária		6.000,00
02.030	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R\$)
04.122.2002.2008	MAN DE PESSOAL E ENCARGOS DA SEC DE ADM	

3190.04.99.00	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
Total da Ação		10.000,00
Total da Unidade Orçamentária		10.000,00
02.040	SECRETARIA DE FINANÇAS	VALOR (R\$)
04.123.2004.2013	REM PESSOAL ATIVO E ENC DA SEC DE FINANÇAS	
3190.04.99.00	Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
3190.91.99.00	Sentenças Judiciais	30.000,00
3190.94.99.00	Indenizações e Restituições Trabalhistas	10.000,00
Total da Ação		50.000,00
04.123.2004.2016	MAN DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	
3390.35.99.00	Serviços da Consultoria	15.000,00
3390.92.99.00	Despesas e Exercícios Anteriores	5.000,00
Total da Ação		20.000,00
11.331.2004.2017	PASEP	10.000,00
3390.47.99.16	Obrigações Tributárias e Contributivas	10.000,00
Total da Ação		10.000,00
Total da Unidade Orçamentária		80.000,00
02.050	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR (R\$)
12.361.1005.0007	RESTITUIÇÃO DE RECURSOS	
3320.93.99.01	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO	15.000,00
3330.93.99.01	Indenizações e Restituições	15.000,00
Total da Ação		30.000,00
12.361.1005.1009	AMPLIAÇÃO DAS ESCOLAS	
4490.51.99.01	Obras e instalações	60.000,00
Total da Ação		60.000,00
12.361.1005.1010	CONSTRUÇÃO DE MUROS DE PROT DE ESCOLAS	
4490.51.99.01	Obras e instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
12.361.1005.1011	AQUISIÇÃO DE EQ APARELHOS E MOBILIÁRIOS	
4490.52.99.01	Equipamentos e material Permanente	80.000,00
Total da Ação		80.000,00
12.361.1005.1012	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	
4490.52.99.01	Equipamentos e Material Permanente	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
12.361.1005.1013	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	
4490.61.99.01	Aquisição de Imóveis	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
12.361.1005.1045	CONST REFE AMPL DE GINÁSIO DE ESPORTES	
4490.51.99.01	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
12.361.1005.1047	CONST REF E AMPL DE UNIDADES ESCOLARES	
4490.51.99.01	Obras e Instalações	50.000,00
Total da Ação		50.000,00
12.361.1005.1095	Ampliação e Recup do Prédio Sede da Sec M Educação	
4490.51.99.01	Obras e Instalações	17.000,00
Total da Ação		17.000,00
Total da Unidade Orçamentária		437.000,00
Total de Anulações		533.000,00
Total de Outras Fontes		0,00
Total Geral de Fontes		533.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

MONTADAS/PB, 11 de julho de 2018.

JONAS DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilson Santiago
Código Identificador:A3EFCE1A

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

AGORA COM ATOS DE INTERESSE PRIVADO

Licenciamento ambiental e demais atos legais de interesse privado das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado cuja legislação de regência determine a divulgação e a publicidade agora tem um novo espaço, mas ágil e com menor custo.

saiba mais em:
www.diariomunicipal.com.br/famup (61) 4063-6162

FAMUP
FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

VOX
TECNOLOGIA